



O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/UEMS DOURADOS-MS

Taynara Tavares do NASCIMENTO (UEMS – Dourados/PIBIC)¹

Andréia Nunes MILITÃO (UEMS - Dourados)²

RESUMO: Muito se tem discutido acerca da formação dos professores, pois é uma temática relevante para que tenhamos uma educação de qualidade, capaz de promover a aprendizagem de forma eficaz. Dessa forma, optamos por analisar uma das vertentes da formação de professores, particularmente os pedagogos, que é o estágio curricular supervisionado obrigatório, por vezes denominado como a primeira experiência docente nas salas de aula do professor em formação. Ancorado em abordagem qualitativa, usaremos como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Analisamos as pesquisas que discutem a temática do estágio, por meio de pesquisa bibliográfica, em outras instituições que irão servir de comparação com o modelo desenvolvido na UEMS. Posteriormente, analisamos os normativos nacionais, nos detendo na Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015 que normatiza aspectos referentes as licenciaturas, inclusive aspectos referentes ao estágio curricular supervisionado obrigatório. Finalizamos com o quadro de coleta de dados referentes ao Projeto Pedagógico de Curso da Pedagogia em que demonstramos o modelo de estágio desenvolvido na instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório; Formação de Professores; Licenciatura em Pedagogia.

Introdução

A discussão em torno da formação de professores tem obliterado e secundarizado as investigações sobre o estágio curricular supervisionado obrigatório. Confirma-se a afirmativa por meio da pesquisa bibliográfica que realizamos. Assim, embora a discussão sobre o estágio seja importante para a formação de professores, evidenciamos poucos trabalhos nessa temática, no total encontramos 11 artigos a partir do descritor “estágio docente” apenas no Repositório Scielo.

¹ Acadêmica da licenciatura em Pedagogia (UEMS/Dourados). Bolsista PIBIC/CAPES. E-mail: taynaratavares030@gmail.com

² Docente da UEMS. E-mail: andreiamilitao@uems.br

Dessa forma, buscamos problematizar a temática do estágio curricular supervisionado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), mais especificamente no curso de Pedagogia. A pesquisa elege como corpus documental: normativos como o Projeto Político Pedagógico (PPC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Visto que o estágio curricular supervisionado configura um momento de aprendizagem da prática em sala de aula relacionando-a com a teoria vivenciada na universidade, Pimenta e Lima (2006) colocam:

Entendemos que o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. (PIMENTA & LIMA, 2006, p.3).

Neste sentido, o estágio além do momento de prática se configura também como espaço de pesquisa, período em que o aluno irá aprender diante do fato posto. A prática do estagiário é complexa, pois diferentemente das outras profissões que necessitam aprender um técnica que irá resolver problemas a profissão de professor vai além da técnica, pois envolve pessoas, relações e a produção não é de caráter material, mas é o desenvolvimento de aprendizagens de técnicas sociais de formação. Pimenta e Lima (2006) ressaltam:

O exercício de qualquer profissão é técnico, no sentido de que é necessária a utilização de técnicas para executar as operações e ações próprias. Assim, o médico, o dentista necessitam desenvolver habilidades específicas para operar os instrumentos próprios de seu fazer. O professor também. No entanto, as habilidades não são suficientes para a resolução dos problemas com os quais se defrontam, uma vez que a redução às técnicas não dá conta do conhecimento científico nem da complexidade das situações do exercício desses profissionais. (PIMENTA & LIMA, 2006, p. 8).

Sendo assim, pensar a prática docente é de grande importância para procurarmos um modelo de estágio eficiente, que possa propiciar ao estudante estabelecer relações entre a teoria aplicada e a prática.

Metodologia

A presente pesquisa elege como instrumentos de coleta de dados a pesquisa e análise documental e a pesquisa bibliográfica, dois conceitos por vezes não

esclarecidos. A pesquisa em tela irá discorrer inicialmente sobre a importância deste método em pesquisa para posteriormente darmos início a investigação.

Consideramos que a pesquisa documental é um método enriquecedor para se fazer pesquisa, pois a quantidade de dados que um documento pode nos proporcionar em termos de informação é essencial para que se consiga compreender e mesmo buscar a resolução de um determinado problema, já que amplia o entendimento, sendo assim, o torna um método que deve ser valorizado. Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Assim, podemos usá-lo como instrumento atemporal para compreender melhor uma análise social.

Por ser esta pesquisa de natureza documental, procuramos analisar primeiramente como se configura uma pesquisa deste caráter e como devemos explorá-la para que se consiga um resultado satisfatório. Dessa forma, questionamentos vão sendo apontados.

Ao tentarem nomear o uso de documentos na investigação científica os pesquisadores pronunciam palavras como pesquisa, método, técnica e análise. Então teríamos as seguintes denominações: pesquisa documental, método documental, técnica documental e análise documental. (SÁ SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p.3).

Pesquisa documental é um método enriquecedor para se fazer pesquisa, pois a quantidade de dados que um documento pode nos proporcionar em termos de informação é essencial para que se consiga compreender e mesmo buscar a resolução de um determinado problema, já que amplia o entendimento, sendo assim, o torna um método que deve ser valorizado. Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Assim, podemos usá-lo como instrumento atemporal para compreender melhor uma análise social.

Diversos autores usam ora uma nomenclatura ora outra, o que não caracteriza a pesquisa documental de uma única forma, pois cada nomenclatura empregada difere quanto ao método usado na pesquisa, ou seja, análise documental, para alguns autores se configura como a busca de informações no documento que são do interesse do pesquisador, são pesquisas com questões pré-determinadas, já a técnica documental se caracteriza pela análise de um documento original que não

sofreu influências de qualquer autor ou pesquisador. Sendo assim qual seria o melhor método para se fazer uma pesquisa?

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos. (SÁ SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p.4)

Dessa forma, a pesquisa documental utiliza diversos procedimentos, métodos e técnicas para analisar múltiplos documentos, de diferentes origens no qual a forma com que o pesquisador irá analisá-lo é caracterizada pelo tipo de documento.

Seguindo uma análise dos termos usados, nos deparamos com o termo pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, que apesar de possuírem um mesmo objeto de pesquisa que são os documentos os mesmos possuem diferenças no processo de investigação. Quando nos referimos a pesquisa documental, deve-se considerar que documento não refere-se apenas a textos científicos impressos, mas pode conter em diferentes formas, como sons, imagens, *slides*, pôsteres, sendo assim pode-se compreender o documento de forma ampla e democrática. Já a pesquisa bibliográfica é um método um pouco mais limitado, porém não menos importante, pois se caracteriza por ser textos impressos ou digitais tais como artigos científicos, dicionários, livros, enciclopédias.

Para alguns autores, trata-se de um método de análise de documentos de domínio científico, onde o pesquisador tem contato direto com as fontes científicas. Conforme os autores:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SÁ SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p.6)

Consideramos, ainda, ser essencial definir os conceitos de fontes primárias e secundárias, sendo que fontes primárias são aquelas que foram analisadas pela primeira vez, ou seja, o pesquisador irá analisá-lo de forma direta. Já fontes secundárias compreende-se por fontes já analisadas, onde o pesquisador irá

trabalhar novamente com as informações dadas, por exemplo, na análise de artigos científicos.

Na próxima seção, analisaremos a configuração do estágio curricular supervisionado na Licenciatura em Pedagogia a partir da análise do PPC (Pedagogia/UEMS-Dourados, 2014) e da Resolução n. 2 de 2015.

Desenvolvimento

Para discorrer sobre uma das vertentes da formação de professores que é o estágio curricular supervisionado, bem como sua importância e explicitação correta, recorreremos à Pimenta (2012):

O exercício de qualquer profissão é prático nesse sentido, na medida em que se trata de fazer “algo” ou “ação”. O professor de professor é também prática. E se o curso tem por função preparar o futuro profissional para praticar, é adequado que tenha preocupação com a prática. Como não é possível que o curso assuma o lugar da prática profissional (que o aluno exercerá quando for profissional), o seu alcance será tão-somente possibilitar uma noção da prática, tomando-a como preocupação sistemática no currículo do curso. (PIMENTA, 2012, p. 35).

Atualmente há uma dificuldade de compreensão quanto ao que se configura estágio curricular supervisionado e prática curricular, pois essa definição depende parcialmente da perspectiva do curso formador, já que as denominações são expressas em normativos nacionais que regem a educação, mas também nos normativos produzidos no âmbito dos cursos superiores.

Dessa forma, Brito (2017) coloca que prática curricular deve estar imersa em uma disciplina, para os estudantes realizarem atividades práticas relacionadas a disciplina. Já o estágio supervisionado se configura como uma disciplina obrigatória que proporcionará ao estudante prestar horas de atividades em uma escola sob a supervisão de um professor da instituição formadora. Conforme a autora:

No entanto, apesar de alguns avanços conquistados no campo da formação de professores, em especial nos últimos 15 anos, é inegável que os cursos de licenciaturas ainda têm muito a fazer para dar materialidade a um currículo que considere as orientações propostas tanto pelos estudiosos da área quanto pelas normativas legais que o regimentam. As questões relativas à prática curricular no cotidiano das instituições formadoras são bastante conflitivas e suscitam diferentes compreensões por parte dos profissionais que atuam no cotidiano dos cursos. (BRITO, 2017, p.713)

Sendo assim, a autora inicia sua proposta analisando as práticas de observação dos professores em formação e, posteriormente, os relatórios de análise do estágio produzidos por esses alunos.

A configuração do estágio supervisionado na Universidade do Sul Estado da Bahia, objeto de estudo da autora, está organizado por quadrimestres dividido em duas etapas. A primeira etapa correspondente a três quadrimestres e se realiza com disciplinas chamadas de formação geral, a partir do quarto quadrimestre são trabalhadas disciplinas denominadas específicas, que o estágio supervisionado está inserido, ou seja, nesta proposta os alunos exercem a experiência do estágio desde o segundo ano da graduação.

No conjunto, a formação geral totaliza uma carga horária de 900 horas, 300 horas por cada um dos quadrimestres, distribuídas por componentes curriculares dos seguintes campos de conhecimento: Língua Portuguesa (150 horas), Língua Inglesa (90 horas), Matemática e Computação (180 horas), Universidade e Sociedade (180 horas) e um componente curricular fora dos eixos temáticos denominado Experiências do Sensível (60 horas). Para além desses componentes obrigatórios, os licenciandos devem cursar o componente curricular Campo da Educação: Saberes e Práticas (60 horas) e mais 120 horas em componentes curriculares que representem culturas complementares à área específica de formação de seu curso. (BRITO, 2017, p.715)

Já nas disciplinas específicas são compostas por disciplinas obrigatórias, optativas, livres e as denominada “tronco”, que são disciplinas comuns nas licenciaturas, assim como o estágio supervisionado. Elas são divididas em horas da seguinte maneira:

Oito componentes curriculares integram o tronco comum: Bases Epistemológicas da Educação (60h), Políticas Públicas Educacionais e Gestão Escolar (60h), Educação e Direitos Humanos (30h), Educação Ambiental e Sustentabilidade (30h), Educação e Relações Étnico-Raciais (30h), Educação Inclusiva (30h) e Libras (60h), totalizando 330 horas. As práticas como componentes curriculares, tal como propõem as DCN (Parecer CNE/CP nº 2/2015), encontram-se previstas nos currículos dos cursos, fazendo parte do conjunto dos componentes de natureza obrigatória. As atividades complementares, com carga horária de 200 horas, integram o currículo das cinco licenciaturas interdisciplinares. (BRITO, 2017, p.715)

O estágio na UFSB foi desenvolvido em três etapas, a primeira refere-se a elaboração coletiva do projeto a ser desenvolvido, a segunda etapa destina-se a execução do projeto nas escolas e na terceira etapa faz-se a avaliação dos resultados e divulgação do mesmo na instituição. Porém, segundo a autora há

alguns aspectos que até o momento estavam em discussão, que se refere a configuração da disciplina e ela aponta como uma possível justificativa a de que a instituição UFSB é nova e ainda está em processo de reajustes e discussões de possibilidades algumas áreas, como exemplo a questão do estagio. Sendo assim ela discorre:

Em consonância com as contribuições teóricas tecidas até aqui, é possível situar o estágio curricular como campo que articula teoria e prática na escola. Isso implica assumir que as práticas de estágios se dão em um contexto marcado por culturas que disputam significados e que podem ressignificar as práticas pedagógicas. (BRITO, 2017, p.718).

Por meio dos relatórios de estágio analisados, a autora verificou o grau de profundidade que as relações políticas geram na prática pedagógica, isso deve-se ao fato dos estudantes analisados terem ido a escola como estagiários em um momento conflituoso, pois os trabalhadores da instituição terceirizados que tem a função de limpar e fazer comida estavam em greve reivindicando melhora dos salários, de um lado encontram-se servidores que buscam seus direitos e do outro professores que querem trabalhar e alunos que precisam estudar. Percebemos como a prática pedagógica está envolta a diversas relações que não se restringem somente ao espaço físico das salas de aula. Para a autora, “No contexto da paralisação dos trabalhadores terceirizados, as questões relativas à divisão social do trabalho escolar e suas hierarquizações vieram à tona, qualificando a escola como um espaço de ação política que se movimenta muito além da relação entre sala de aula e ensino” (BRITO, 2017, p.719).

Dessa forma, a escola vai além das questões de práticas na sala de aula e normativos determinados, pois não é espaço neutro, como é expressado no texto “Não há espaços neutros: eles são sempre educativos”. É um ambiente que está envolto a diversidades tanto de questões étnicorraciais, como problemáticas de política e diversidades culturais e de perspectivas, além das especificidades subjetivas de cada aluno e cada membro constituinte da instituição. O texto argumenta:

Na prática, a conversa com os gestores e a observação da vida escolar em um momento político marcado pela luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos mostraram que, para além dos textos formais (projeto político-pedagógico, regimento escolar, planos de ensino etc.), existem outras preocupações, demandas, pressões e propósitos que coabitam a cultura política da escola. (BRITO, 2017, p.720)

Assim, o período de observação não se reduzirá a conteúdos e em como os professores tratam esses conteúdos, mas devem-se atentar como se dá o processo de ensino aprendizagem a partir das diferentes culturas existentes nas salas de aula e na escola.

Na mesma direção, um primeiro bom exercício para a formação de futuros professores pode ser essa “observação” das formas pelas quais os docentes tratam não apenas os “conteúdos” a serem ensinados/aprendidos, mas as maneiras pelas quais são reinscritos, nos processos de ensino/aprendizagem, os saberes que instituem significados a partir das diferenças culturais vivamente habitadas nas salas de aulas. (BRITO, 2017, p.722)

Para Brito (2017), o método de observação usado no estágio supervisionado não deve ser compreendido como verdade única da escola, mas como uma perspectiva da verdade, pois essa verdade está envolvida a experiência de sentido, é o que nos toca que possivelmente chamará a atenção.

Outro aspecto que permeia a temática de estágio supervisionado é distinção entre teoria e prática, que deve estar claro aos estagiários para um melhor rendimento em sala de aula. O que percebemos é uma falta de compreensão por parte dos alunos sobre como aplicar a teoria em sala de aula.

Assis e Rosado (2012) ressaltam que a teoria vivenciada na universidade não é uma verdade absoluta que deve ser seguida objetivamente na instituição de educação básica, essa relação da teoria com a prática sofre diversas interferências no ambiente escolar e o profissional deve estar ciente do conceito correto da teoria e da prática para não disseminar o discurso de que a teoria é diferente da prática em sala de aula. Segundo as autoras supracitadas:

A teoria é o movimento do pensamento, do ato cognitivo para compreender determinado fenômeno que se expressa na realidade; não pode ser confundida com um receituário a ser aplicado. A partir dessa compreensão, observamos que a teoria não é uma forma que se encaixa na prática, tendo em vista que as determinações do concreto são mais dinâmicas do que sua compreensão teórica. Ademais, o objeto real/concreto resulta de múltiplas determinações históricas. O concreto, que se mostra primeiramente na sua aparência, é construído pelas práticas sociais dos sujeitos históricos e se apresenta como conhecimento na medida em que o pensamento apropria-se desse concreto. (ASSIS; ROSADO, 2012, p.204).

A teoria e a prática são dois processos diferentes, mas que caminham juntos em unidade para chegar a uma ação com fundamento, ou seja, a teoria irá se

manifestar na prática pedagógica sem se constituir uma verdade única. Trago uma relato compartilhado em sala de aula, por uma aluna da pedagogia, na disciplina de metodologia do ensino de história em que discutíamos o método de ensino, que irá exemplificar a colocação acima:

Tive uma experiência no estágio não obrigatório em que tive muita dificuldade pois cheguei em sala de aula convicta de que o método que foge a teoria tradicional era o correto. Percebi que o método que estava tentando aplicar com os alunos não atendia a realidade daquela turma. Senti como se estivesse fazendo algo errado. (Karoline, 2018).

A metodologia aplicada deve moldar-se a situação específica de cada instituição, pois pode diferenciar-se de uma escola a outra e de uma turma a outra, já que o método sofre influências de caráter histórico, social e política somada as especificidades de cada aluno que devem ser consideradas.

Ao analisar os normativos nacionais que orientam a prática do estágio da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, iniciamos pela análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que pontua algumas considerações em que destacamos o tópico em que assegura como indispensável as normas nacionais para o projeto da educação brasileira, que segundo sua complexidade perante a sociedade torna-se necessário seguir normas que oriente a prática educacional. Um primeiro aspecto a ser considerado refere-se:

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). (BRASIL, 2015, p.1).

Portanto, as instituições formadoras devem segundo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), estar articuladas com o sistema de ensino da educação básica, na forma de promoção de atividades que vinculem as produções teóricas com o chão da escola na formação inicial. Dessa forma, essa articulação se dá em atividades práticas dentro das disciplinas e, posteriormente, no estágio supervisionado obrigatório. No art 2º inciso 2º o normativo apresenta:

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. (BRASIL, 2015)

O estágio supervisionado é um momento de promoção de ampliação da visão do profissional que está sendo formado. Assim, como colocamos no decorrer da pesquisa a prática pedagógica compõe-se do resultado da articulação da prática com a teoria e as relações técnicas, políticas, éticas e estéticas presentes no âmbito educacional.

Dessa forma, a teoria não é uma verdade absoluta a ser implantada na escola, pois cada instituição possui a sua organização composta pela gestão e seus influenciadores citados acima, que acarretaram em uma prática por vezes discordante e outras mais próximas as concepções teóricas.

No inciso 5º a resolução alguns princípios para a formação de professores. Destacamos os que tratam especificamente dos princípios do estágio supervisionado.

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;
VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação. (BRASIL, 2015, p.4).

Podemos observar que há princípios na instituição que indicam a importância da teoria associada a prática no processo de formação profissional docente. Esses princípios devem estar presente no decorrer da formação do professor, porém é no momento do estágio que essa concepção se torna mais sólida e necessária para o bom desempenho do aluno.

No inciso seguinte há aspectos a serem contemplados na formação docente. O normativo enfatiza que “O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar” (BRASIL, 2015, p.5).

Evidenciamos esses aspectos que são:

- I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;
- II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;
- III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;
- IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;
- V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

No Capítulo II que trata da formação dos profissionais do magistério para educação básica: base comum nacional, discorre novamente sobre a práxis no ambiente escolar e acadêmico como algo essencial para a formação docente, para que os egressos sejam conduzidos à variados conhecimentos correspondentes a fatores que influenciam a sua prática

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a). (BRASIL, 2015, p.6)

Coletamos os dados constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC/Pedagogia) da UEMS de Dourados, para verificarmos a organização do curso pesquisado.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia é amplo, pois aborda diversas características do curso, evidenciando sua qualidade no que se refere a formação de professores.

O modelo de estágio supervisionado desenvolvido no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul ocorre no quarto ano e é denominado como uma disciplina na grade curricular tendo como período de integralização 3.838 horas totais de curso.

É disposto no PPC a relação entre teoria e prática que o curso propõe. “A relação teoria e prática é uma premissa inerente a qualquer constructo pedagógico e, neste projeto, é o fio condutor de toda proposta, exigindo a inserção de outros

aspectos e itens [...]” (BRASIL,2014 p15). Percebe-se que o curso tem como princípio formador aliar constantemente a teoria com a prática em todo o processo de formação. Dessa forma, torna claro ao aluno o que é a teoria aplicada na prática, para que o estagiário exerça sua função com qualidade de aprendizagem.

Outro aspecto que associa teoria e prática são as aulas práticas no interior das disciplinas teóricas. Normalmente há uma problematização do que se refere realmente essa carga horária prática pois confundi-se com estágio, porém seu objeto é proporcionar aos alunos que tenham experiências práticas em todo o decorrer do curso, ocorrendo em momento fora do horário da disciplina teórica, como momento de reflexão entre teoria e prática.

O normativo explicita a informação “prática como componente curricular, diferente do estágio curricular supervisionado obrigatório, será vivenciada pelo aluno obrigatoriamente ao longo do curso. Ela parte do princípio que o fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer (BRASIL,2014, p24)”. O PPC foi reformulado no ano de 2014 em decorrência das mudanças ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases LDB/1996 que são:

A reformulação justificou-se pela necessidade de atualização de alguns itens decorrentes de mudanças feitas na LDB que alterou o ensino fundamental para 9 anos; matrícula obrigatória aos 4 anos na Educação Infantil; inserção de conteúdos sobre questões étnico-raciais na Educação Básica, bem como, outras ações a exemplo a reformulação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em 2008; Atendimento Educacional Especializado –AEE obrigatório em todos os níveis e modalidades e a retomada da formação de professores em nível médio (BRASIL, 2014).

Percebe-se um olhar atento as mudanças ocorridas em âmbito educacional para adequar a formação de futuros professores, algo de extrema importância nos cursos de formação de professores. O PPC foi elaborado adequando-se a todos os normativos referentes ao estágio curricular supervisionado e ao campo da educação. Dessa forma, também deve adequar-se à Resolução n. 2/2015, elaborada após a reformulação do PPC. Porém, há uma questão em que o PPC não explana:

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação

na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os 4 direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

Os cursos de formação de professores devem propiciar alternativas que atendam todas as áreas de atuação do professor pedagogo. Contudo, o PPC da Pedagogia da UEMS/Dourados não possui estágio e atividades práticas nas diferentes modalidades da educação, como educação do campo, indígena, gestão e de jovens e adultos, mesmo sendo área de atuação do pedagogo.

No tocante a organização do estágio, é ofertado em duas modalidades que são a educação infantil e ensino fundamental nas séries iniciais. Dessa forma, são divididas em quatro professores universitários especialistas e com experiência na área, que irão acompanhar e avaliar o desempenho do aluno, sendo que cada professor é responsável pela supervisão de até quatorze alunos. As atividades ocorrem no horário de funcionamento do curso, o que propicia melhor organização por parte dos estudantes e disponibilidade entre todos.

O PPC foi reformulado por uma equipe composta por sete professores do curso, uma aluna e um egresso, o que mostra autonomia dada aos professores que atuam nas disciplinas do curso.

Considerações finais

Dado o exposto, concluímos que o curso de Pedagogia da UEMS/Dourados atua de forma comprometida com a educação brasileira, pois durante todo o processo de formação, os estudantes têm a oportunidade de efetuar a práxis, já que as disciplinas de forma interdisciplinar associam a teoria com prática desde o primeiro ano de formação.

Dessa forma, o estágio é melhor aproveitado pelo aluno já que ele chega a instituição de educação básica com sua fundamentação teórica sólida. Pela análise dos aspectos contidos no PPC, depreende-se que os professores da instituição possuem autonomia na elaboração do projeto político pedagógico, assim como de alunos evidenciando uma gestão democrática da instituição.

Referente as abordagens incompletas das modalidades de ensino que o professor pedagogo irá atuar, coloco como algo a ser problematizado para definir

alternativas que contemplem todas as modalidades de ensino, tais como a educação do campo, a gestão escolar, o sistema prisional, a educação escolar indígena e a Educação de Jovens e Adultos e que se expressem no PPC do curso.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000200006>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela. A antessala do paraíso: o lugar da observação nos estágios curriculares supervisionados das licenciaturas. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 710-728, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812017000300710&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i250.2943>.

PIMENTA, Selma Garrido¹ LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poíesis -Volume 3, Números 3 e 4, 2005/2006*

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2012.

UEMS. Projeto Político Pedagógico do Curso de Matemática, Dourados – MS, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos. GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I, 2009.